

MANIFESTO DA JUVENTUDE AMAZÔNICA: VOZES PELA CONECTIVIDADE E AÇÃO CLIMÁTICA

1. Vozes Jovens Pela Amazônia Que Queremos

Nós, mais de 200 jovens representantes dos oito países e de um território ultramarino da Amazônia, reunimo-nos neste manifesto para defender a maior floresta tropical remanescente do mundo. Levamos nossas vozes para proteger a interconexão ecológica, sociocultural e econômica da região. Nascido de diálogos coletivos que entrelaçam os saberes indígenas e locais com a ciência participativa, este manifesto representa nossa responsabilidade compartilhada: promover a Amazônia que queremos, tanto como um lugar para viver quanto como um legado para as futuras gerações. Nosso manifesto aborda os desafios que ameaçam a conectividade amazônica em três dimensões—ecológica, sociocultural e econômica—conectando-os em um todo vivo e interligado por meio das vozes jovens. À medida que a COP30—a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser realizada em 2025 em Belém, no coração da Amazônia—coloca a região sob os holofotes globais, afirmamos nossa responsabilidade compartilhada e convocamos líderes mundiais a integrar essas três dimensões nas negociações climáticas, criando caminhos para uma Amazônia próspera, resiliente e conectada.

Por meio deste documento, apresentamos recomendações específicas para diferentes atores—dos setores público, privado e da sociedade civil, cada um com um papel crucial na proteção do nosso futuro compartilhado. Pedimos por uma colaboração regional e internacional que transcenda fronteiras, promovendo mecanismos de financiamento acessíveis e fomentando iniciativas transfronteiriças de mitigação e adaptação. Diferentemente das gerações anteriores, agora dispomos de plataformas que nos proporcionam acesso sem precedentes à informação e a capacidade de levar nossas vozes diretamente ao mundo, exigindo o fim da distorção histórica de nossas realidades territoriais. Esta não é uma participação simbólica: nossas vozes unidas exigem influência real nos espaços de tomada de decisão de alto nível, onde o engajamento juvenil se traduz em mudanças estruturais.

Nosso propósito é claro: apoiar diversos atores na proteção da conectividade ecológica, sociocultural e econômica e construir um futuro justo e sustentável que honre a Amazônia que herdamos de nossos ancestrais e nossa responsabilidade para com as gerações que ainda virão.

2. A Importância da Amazônia e de Sua Conectividade

A Amazônia é uma rede viva — de florestas e rios, de nuvens e rios voadores, de povos e línguas — cuja conectividade regula o clima, sustenta a biodiversidade e apoia as culturas da América do Sul e além¹. Apesar da visão antropocêntrica imposta durante o contato europeu, trata-se de uma região que continua a resistir, nutrindo o mundo com sua riqueza cultural e natural². As florestas amazônicas em pé resfriam o planeta por meio da evapotranspiração, armazenam aproximadamente 150 a 200 bilhões de toneladas de carbono em seus solos e vegetação, e reciclam a umidade que

alimenta as chuvas nos Andes, no Cerrado, na Bacia do Prata e no sul e sudeste do Brasil. Este mosaico biocultural—lar de 47 milhões de pessoas, incluindo mais de 400 Povos Indígenas e centenas de Comunidades Locais—abriga sistemas de conhecimento que manejam paisagens há milênios sem destruí-las, integrando alimento, medicina, espiritualidade e território¹.

A Amazônia que queremos e defendemos é aquela de florestas em pé e saudáveis e rios que fluem; de corredores bioculturais e gestão territorial soberana; de economias fundamentadas na reciprocidade ao invés da extração. Sistemas agroflorestais, pesca sustentável e turismo comunitário exemplificam como ecologia, cultura e meios de subsistência se reforçam mutuamente. A Amazônia nos lembra que sua conservação e restauração são fundamentais para proteger o clima e a vida de seus habitantes. Jovens e mulheres devem desempenhar um papel central na governança e na repartição de benefícios, apoiados por cooperação transfronteiriça que respeite os direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais* e mantenha os ecossistemas dentro de limites ecológicos seguros. Fortalecer a conectividade amazônica significa promover economias sustentáveis que garantam resiliência, identidades culturais que resistam à marginalização e a troca de conhecimentos que una a ciência ocidental aos saberes indígenas e locais³.

3. Desafios e Ameaças à Conectividade Amazônica

3.1 Conectividade Ecológica

A conectividade ecológica na Amazônia sustenta a integridade dos ecossistemas, permitindo o fluxo contínuo de genes, energia e matéria entre espécies e habitats. Contudo, essa rede vital está gravemente ameaçada pelas mudanças no uso da terra, impulsionadas por desmatamento, exploração madeireira e mineração ilegais, cultivos ilícitos, queimadas, agricultura, pecuária, expansão urbana e pela implantação de infraestrutura insustentável, como barragens, estradas e ferrovias. Esses fatores fragmentam a paisagem, interrompem corredores biológicos, reduzem a biodiversidade, ampliam efeitos de borda e comprometem processos ecológicos e evolutivos

essenciais, levando à perda de diversidade genética e à erosão da memória biológica da Amazônia⁴.

A conectividade ecológica deve ser compreendida como um mosaico dinâmico de corredores de conservação que conectam Áreas Protegidas, Territórios Indígenas, Áreas-chave para a Biodiversidade, Sítios Ramsar e outras designações de conservação. Essas áreas garantem a continuidade dos processos evolutivos e a persistência de espécies endêmicas e migratórias em todo o bioma amazônico⁵. A consolidação de corredores bioculturais, que integram conhecimentos e práticas tradicionais enraizados nas cosmovisões indígenas, é essencial tanto para conservar quanto para restaurar a funcionalidade ecológica e fortalecer a governança territorial⁶.

A conectividade climática—capacidade dos ecossistemas e habitats de permitir que as espécies se desloquem ou se adaptem às mudanças do clima—torna-se elemento estratégico no planejamento da conservação. Alterações nos regimes hidrológicos, na dinâmica dos rios e nas temperaturas deslocam nichos ecológicos; nesse contexto, os corredores ecológicos permitem que espécies migrem para áreas com condições adequadas, assegurando sua continuidade⁷. Entretanto, a falta de reconhecimento pleno dos direitos territoriais coletivos de Povos Indígenas e Comunidades Locais facilita a grilagem de terras e incentiva práticas insustentáveis. Fortalecer esses direitos, aliado a ações de restauração e ao planejamento territorial integrado, é fundamental para proteger a resiliência genética, ecológica e climática da Amazônia diante das pressões humanas e das crises ambientais atuais^{5,6}.

3.2 Conectividade Sociocultural

A conectividade sociocultural na Amazônia enfrenta ameaças severas devido a estruturas coloniais persistentes e a um modelo econômico que prioriza a extração e o lucro em detrimento das pessoas e da natureza. O extrativismo, a grilagem de terras, a mineração ilegal, o desmatamento e projetos “verdes” (impostos sem consulta prévia) destroem ecossistemas, deslocam comunidades e corroem línguas, tradições orais e os saberes indígenas e locais⁸. A falta de reconhecimento territorial e a insuficiente aplicação dos direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Locais deixam muitas pessoas sem as

* Usamos o termo “Povos Indígenas e Comunidades Locais” em conformidade com as definições atualmente adotadas pelo Painel Científico para a Amazônia (SPA). Embora o termo “Comunidades Locais” inclua os Povos Afrodescendentes nessa definição, isso não diminui o reconhecimento desses povos como grupos distintos com direitos coletivos, cujas identidades culturais, territoriais e políticas são afirmadas.

terras essenciais à sua cultura, identidade e sobrevivência. Jovens são forçados a migrar, enfrentam violência e lidam com economias exploratórias, enquanto mulheres sofrem exclusão, vulnerabilidade ampliada e invisibilidade⁹. Pressões globais—incluindo mudanças climáticas, turismo internacional irresponsável e certas sanções ou tecnologias externas—homogeneizam culturas e enfraquecem a autonomia local. A discriminação, a fragilidade da governança e a desvalorização da ciência amazônica e dos saberes indígenas e locais perpetuam injustiças, enquanto a falta de dados socioambientais atualizados apaga realidades vividas¹⁰. Sem o reconhecimento urgente da conectividade territorial, cultural e ecológica, os povos da Amazônia correm o risco de perder não apenas suas florestas e rios, mas também seu futuro⁶.

A Amazônia não é apenas um território físico; é uma rede de relações culturais, sociais e espirituais que conecta os povos às florestas, rios e gerações que vieram antes deles. Hoje, esse tecido está sendo rasgado—não pelo destino, mas por decisões políticas, sistemas econômicos e estruturas de poder que colocam o lucro acima da vida. A violência territorial, a migração forçada e a exclusão de mulheres e jovens na tomada de decisões, fragmentam comunidades, enquanto a educação formal que ignora a diversidade cultural reforça modelos coloniais e desconecta os jovens de suas raízes⁸. Defender a conectividade cultural e social é, portanto, defender a memória, identidade, justiça, sobrevivência e o direito de viver com dignidade.

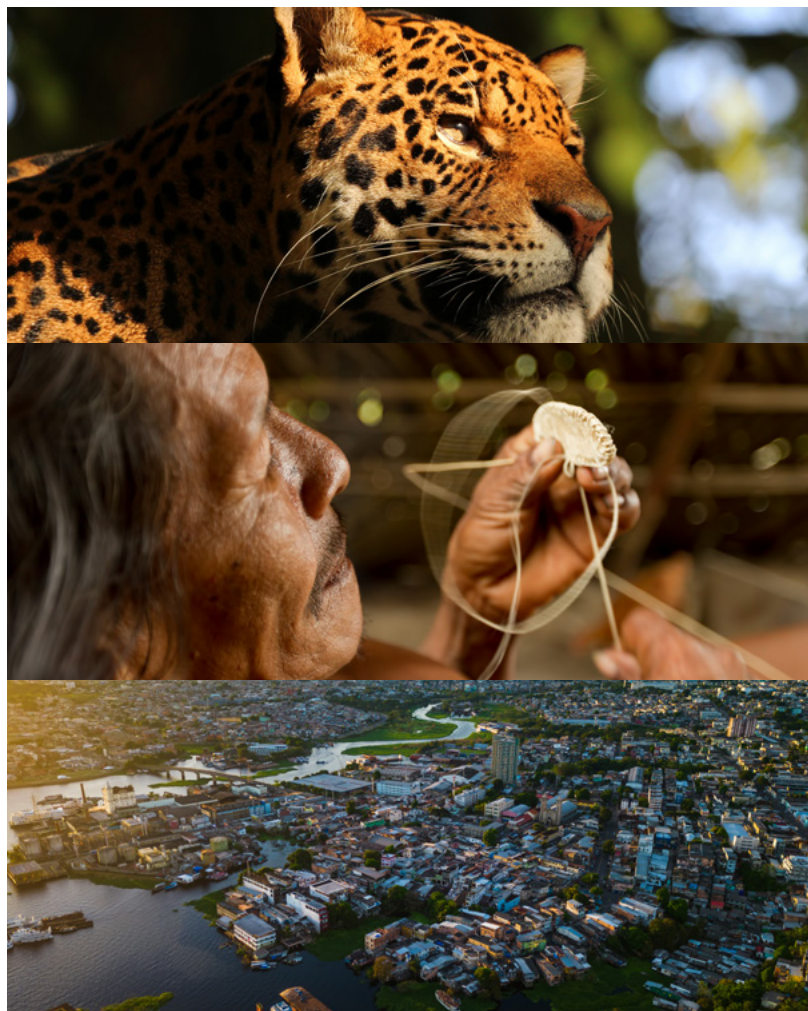
3.3 Conectividade Econômica

A conectividade econômica vai além do fluxo visível de bens e capital na Amazônia; trata-se, sobretudo, do tecido vivo que sustenta a interação entre seus ecossistemas e povos—entre memória, tecnologia e práticas ancestrais historicamente geridas na região—garantindo a circulação de conhecimento, renda, produtos e meios de subsistência essenciais para a conservação florestal. Circuitos tradicionais como pesca, coleta de produtos florestais, agricultura, produção artesanal e agroflorestal—formam a base de uma economia conectada ao território¹¹.

Essa conectividade, porém, está gravemente ameaçada. A expansão de monoculturas de soja e da pecuária intensiva provoca desmatamento, perda de solo e o deslocamento de comunidades. A mineração ilegal contamina rios e desestrutura cadeias produtivas locais, enquanto a corrida

por novos minerais para a transição energética traz novos riscos. Incentivos fiscais e financeiros favorecem indústrias poluentes, enquanto economias sustentáveis seguem subvalorizadas. A ausência de políticas públicas que valorizem produtos amazônicos, garantam preços justos e ofereçam apoio técnico, expõe produtores e Povos Indígenas e Comunidades Locais a intermediários que pagam valores mínimos. Os efeitos das mudanças climáticas — secas severas, enchentes e alterações nos ciclos agrícolas e pesqueiros — elevam custos de transporte, aumentam riscos de crédito e seguros e comprometem a produção¹¹.

Defender a conectividade econômica da Amazônia, portanto, exige ir além da lógica extrativista e garantir condições justas para produzir, circular e tomar decisões a partir do próprio território, reconhecendo suas florestas, rios e povos como centros de inovação, conhecimento e vida. A Amazônia não é uma reserva de recursos, mas uma constelação de inteligências que, por meio de sua interconexão, sustentam o clima, a cultura e a esperança do planeta³.



4. Protegendo a Conectividade Amazônica: Responsabilidades dos Atores

4.1 Líderes Políticos

- **Direitos e Governança:** Reconhecer e garantir os direitos territoriais dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais. Integrar planos de vida comunitários e conhecimentos locais em todos os processos de tomada de decisão. Aplicar e fortalecer leis de proteção territorial, reforçar instituições, combater a corrupção e adotar a abordagem One Health, que conecta a saúde de pessoas, animais e ecossistemas na governança e no planejamento.
- **Transparência, Avaliação e Monitoramento:** Assegurar transparência na gestão pública como base para a confiança cidadã e a governança democrática. Tornar dados e resultados de projetos publicamente acessíveis, incluindo avaliações de impacto ambiental e social de projetos governamentais. Fortalecer mecanismos de transparência, avaliação e monitoramento para proteger a conectividade amazônica e promover o desenvolvimento sustentável.
- **Políticas e Economia Sustentáveis:** Co-criar políticas públicas com comunidades locais, governos e instituições acadêmicas em fóruns como grupos de trabalho e comitês territoriais nos níveis municipal, regional e nacional, visando a proteção da biodiversidade e dos corredores ecológicos. Regular indústrias extrativistas e mercados de carbono. Promover sociobioeconomias, ecoturismo e produtos não madeireiros, oferecendo incentivos justos para preservar os ecossistemas amazônicos e os meios de subsistência locais.
- **Educação, Cultura e Equidade:** Investir em educação intercultural e transformadora, incluindo financiamento para pesquisas para a Amazônia e realizadas a partir de suas comunidades. Reduzir lacunas tecnológicas e proteger os jovens da perda da identidade cultural. Garantir equidade de gênero e fortalecer os conhecimentos, línguas e patrimônios culturais Indígenas. Promover intercâmbios entre escolas urbanas e rurais para enriquecer perspectivas, fomentar respeito à diversidade cultural e cocriar com comunidades indígenas.
- **Infraestrutura, Conectividade e Resiliência:** Fortalecer telecomunicações e infraestrutura sustentável, priorizando rotas já existentes e alternativas de mobilidade que evitem desmatamento e degradação. Promover conexões urbano–rurais sustentáveis, com estudos de viabilidade

técnica e consulta livre, prévia e informada. Reforçar a resiliência da infraestrutura diante de secas, incêndios e crises climáticas, garantindo segurança alimentar, hídrica e sanitária para todas as comunidades.

- **Mitigação e Adaptação Climática:** Implementar políticas eficazes de mitigação e adaptação climática em todos os níveis de governo. Reduzir emissões decorrentes do uso da terra e do desmatamento, fortalecendo capacidades locais para lidar com secas, enchentes e isolamento. Apoiar produtores afetados e garantir acesso contínuo à alimentação, educação e saúde, promovendo resiliência e justiça climática na região.
- **Responsabilidade Global e Financiamento Climático:** Garantir financiamento climático transparente e fundos rotativos para as comunidades, assegurando que créditos de biodiversidade e mercados de carbono sejam geridos e avaliados de forma eficaz, evitando greenwashing e outros impactos negativos. Promover a co-responsabilidade internacional, para que países consumidores assumam compromissos concretos que alcancem efetivamente os territórios. Alinhar ações a acordos globais e garantir a participação intergeracional de jovens, mulheres, líderes Indígenas e comunidades locais na tomada de decisão.

4.2 Povos Indígenas e Comunidades Locais

- **Direitos Territoriais e Soberania:** Acelerar a titulação e demarcação de terras. Garantir o reconhecimento legal pleno dos direitos coletivos e da governança local. Reconhecer a Bacia Amazônica como uma entidade legal e ecológica. Proteger terras, culturas e modos de vida é uma questão de sobrevivência tanto para os Povos Indígenas quanto para as Comunidades Locais.
- **Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI):** Implementar protocolos obrigatórios e vinculantes de consulta para todos os projetos que afetem os territórios. Respeitar o tempo e os processos deliberativos das comunidades. Garantir a participação significativa de povos Indígenas, comunidades locais e jovens nas decisões sobre seus futuros territoriais, econômicos e culturais.
- **Governança, Segurança e Conectividade:** Fortalecer capacidades jurídicas e mecanismos de acesso à justiça, bem como os sistemas de governança indígena, guardas territoriais e organizações locais. Gerir os territórios de acordo com normas culturais, incluindo manejo sustentável de recursos por meio de planos de vida comunitários, planos de manejo e acordos interculturais. Garantir a atuação do Estado contra mineração, exploração madeireira e pesca ilegais, tráfico de fauna e drogas, e

exploração excessiva de recursos endêmicos. Proteger e oferecer reparações a líderes, defensores e suas famílias e comunidades que tenham sofrido ataques, ameaças ou perdas.

- **Cultura, Comunidade e Sobrevivência:** Priorizar a conectividade sociocultural e revitalizar línguas maternas. Assegurar a proteção dos territórios e a segurança daqueles que defendem a vida. Reconhecer que a Amazônia não é um recurso explorável, mas um espaço vital onde cultura, natureza e sociedade estão inseparavelmente ligados. Fortalecer espaços comunitários, rituais, celebrações e os saberes indígenas e locais. Reconhecer e apoiar a liderança de mulheres e jovens. Criar condições para que as comunidades exerçam plenamente sua autonomia cultural e social frente à homogeneização global e às pressões extrativistas.

- **Educação e Proteção do Conhecimento:** Investir em educação intercultural multilíngue que integre saberes indígenas e locais, práticas tradicionais e ferramentas contemporâneas. Promover a participação de jovens, mulheres e crianças por meio de programas de liderança. Proteger os saberes indígenas e locais contra o extrativismo científico. Implementar protocolos obrigatórios para instituições acadêmicas que garantam coautoria, remuneração formal e reconhecimento das contribuições comunitárias à ciência, conservação e desenvolvimento sustentável.

- **Financiamento Climático e para Conservação:** Fortalecer as capacidades autônomas de povos e comunidades para gerenciar diretamente fundos climáticos, eliminando intermediários burocráticos e assegurando auditorias de setores públicos, ONGs e demais atores, para que os recursos cheguem efetivamente aos territórios. Proporcionar financiamento flexível, culturalmente adequado e de longo prazo, que apoie a autonomia local, as economias comunitárias e o manejo sustentável de recursos baseado nos saberes indígenas e locais.

4.3 Setor Privado

- **Responsabilidade Ecológica Obrigatória:** Exigir que todos os projetos de investimento na Amazônia (barragens hidrelétricas, rodovias e outros) passem por rigorosas Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) e processos de licenciamento conduzidos por entidades independentes. Avaliar corredores florestais, rotas de migração da fauna, bacias hidrográficas e meios de subsistência dos Povos Indígenas e Comunidades Locais, aplicando critérios

de justiça ambiental e climática que incluam impactos sociais e culturais. Implementar auditorias ambientais participativas e monitoramento comunitário das medidas compensatórias. Publicar os resultados das AIA e os planos de compensação para garantir transparência, fiscalização cidadã e efetiva responsabilização do setor privado.

- **Compromisso Corporativo com a Conservação da Amazônia:** Exigir que o setor privado em todos os países amazônicos assuma responsabilidade compartilhada pela conservação da floresta e pelo bem-estar de seus povos. Investir lucros em programas de conservação, restauração e bioeconomia, canalizando recursos para fundos ambientais, mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais e projetos liderados por comunidades locais e Indígenas. Garantir que esses compromissos sejam verificáveis, transparentes e realmente implementados, fortalecendo a resiliência climática e apoiando a transição para economias sustentáveis e de baixa emissão de carbono.

- **Cadeias de Suprimento Rastreáveis e Justas:** Implementar rastreabilidade completa das cadeias de suprimento, garantindo que matérias-primas não estejam vinculadas ao desmatamento, mineração ilegal ou grilagem de terras. Oferecer capacitação e apoio técnico a produtores para que atendam aos padrões de mercado e requisitos ambientais. Regular publicidade e marketing para prevenir greenwashing. Estabelecer mecanismos de remuneração justa baseados em transparência de preços. Exigir que empresas assumam responsabilidade e transparência em todas as etapas da cadeia produtiva.

- **Investimento em Conectividade e Meios de Subsistência:** Destinar parte dos lucros — incluindo royalties e créditos de carbono e biodiversidade — para projetos de restauração liderados por comunidades, infraestrutura sustentável e iniciativas sociobioeconômicas. Garantir distribuição justa desses recursos e priorizar iniciativas que fortaleçam a conectividade ecológica e cultural, empoderando Povos Indígenas e Comunidades Locais.

4.4 Academia

- **Acesso e Liderança:** Ampliar o acesso ao ensino superior para jovens Indígenas e grupos historicamente marginalizados por meio de programas locais que minimizem o deslocamento comunitário. Estabelecer bolsas de estudo, políticas de retenção e currículos interculturais. Criar fóruns comunitários onde a academia ensine diretamente nos territórios locais. Facilitar

colaboração internacional entre universidades e centros de pesquisa, envolvendo docentes e estudantes. Desenvolver lideranças capazes de conectar o conhecimento científico às tradições culturais e às prioridades locais.

- **Colaboração Comunitária:** Fortalecer projetos existentes e desenvolver novas iniciativas em colaboração direta com Povos Indígenas e Comunidades Locais. Estabelecer protocolos amazônicos de pesquisa para orientar instituições e pesquisadores, incluindo rígidos padrões éticos, consentimento livre, prévio e informado, co-autoria obrigatória e devolução dos resultados às comunidades. Reconhecer a propriedade intelectual indígena e compartilhar os resultados de pesquisa em formatos acessíveis e em línguas locais. Garantir que a pesquisa atenda às necessidades concretas e às realidades das comunidades envolvidas.

- **Laboratórios Vivos e Memória Viva:** Transformar universidades em laboratórios vivos e espaços de aprendizagem colaborativa, onde os saberes indígenas e locais orientem pesquisa, educação e prática acadêmica ao lado da ciência ocidental. Integrar Memória Viva e co-autoria indígena em currículos e projetos, respeitando a autonomia dos sistemas de conhecimento locais. Fortalecer redes de universidades amazônicas para formar não apenas pesquisadores, mas também profissionais técnicos capazes de implementar práticas sustentáveis no território, incluindo reflorestamento, manejo florestal e produção bioeconômica, garantindo que lógicas Indígenas, locais e ocidentais orientem a formação.

- **Ciência para Políticas e Prática:** Gerar evidências para orientar políticas públicas sobre conectividade ecológica, direitos territoriais e conservação, garantindo que comunidades locais sejam parceiras iguais em todos os projetos de pesquisa. Facilitar o acesso à informação e seu uso pelas comunidades. Estabelecer parcerias de longo prazo com sociedade civil, governos e setor privado para traduzir a pesquisa em ações concretas, respeitando e valorizando o conhecimento local e a participação comunitária.

4.5 Sociedade Civil

- **Coordenação Comunitária e Responsabilização:** Conectar comunidades, governos e organizações da sociedade civil. Promover colaboração e compartilhamento de conhecimentos, evitando competição por recursos. Capacitar guardas comunitários e oferecer bolsas de estudo e programas de liderança para jovens, fortalecendo organizações locais que respondam

às necessidades das comunidades. Ampliar demandas, garantir participação plena e responsabilizar os tomadores de decisão. Defender os direitos humanos e proteger aqueles que salvaguardam a vida e os territórios.

- **Governança e Liderança Intergeracional:** Revitalizar práticas ancestrais e apoiar a governança comunitária. Desenvolver sistemas de monitoramento para acompanhar desmatamento, mineração ilegal e violações de direitos coletivos. Envolver ativamente jovens na tomada de decisões e em posições de liderança, garantindo que co-produzam políticas, liderem iniciativas e assumam responsabilidades significativas ao lado de mulheres, povos Indígenas, comunidades locais e organizações de base. Assegurar a renovação intergeracional de direitos, cultura, natureza e territórios.

- **Monitoramento Comunitário e Advocacy:** Fortalecer sistemas de monitoramento baseados na comunidade, complementando e coordenando com ferramentas existentes. Defender a conectividade ecológica, cultural, social e econômica por meio de diálogos interculturais, capacitação em liderança e plataformas de advocacy lideradas por mulheres e jovens. Criar espaços seguros para participação e responsabilizar os tomadores de decisão.

- **Financiamento Direto e Reconhecimento Institucional:** Fornecer financiamento direto, flexível e culturalmente adequado para organizações e movimentos da sociedade civil, eliminando barreiras burocráticas e garantindo sustentabilidade ao longo prazo. Incentivar a participação ativa de povos Indígenas, mulheres, jovens e outras comunidades amazônicas em iniciativas coletivas, consultas públicas e processos de tomada de decisão, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas. Assegurar que essas organizações e movimentos sejam reconhecidos por governos e instituições como atores legítimos na governança e gestão da Amazônia.

5. Colaboração Regional e Internacional

Proteger a conectividade amazônica requer unidade regional e cooperação multilateral. A fragmentação — seja política, sociocultural, ecológica ou econômica — enfraquece nossa resposta coletiva às crises globais. Pedimos por uma maior coordenação entre os países amazônicos, organizações regionais — como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Pacto de Belém — e parceiros internacionais, para consolidar

e fortalecer áreas protegidas, territórios Indígenas e corredores ecológicos.

A cooperação internacional deve também criar mecanismos de financiamento acessíveis para jovens, Povos Indígenas e Comunidades Locais, permitindo que liderem ações de conservação, restauração e desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis que preservem a conectividade amazônica. Incentivamos o avanço de iniciativas transfronteiriças em educação, mercados sustentáveis e pesquisa, co-criadas e co-desenhadas com as comunidades, garantindo resiliência de longo prazo. Somente por meio de uma ação regional ousada e coletiva podemos proteger a Amazônia como um sistema vivo e interconectado, garantindo que as decisões que moldam seu futuro reflitam e sejam guiadas pelas vozes dos jovens.

6. Compromisso da Juventude Amazônica com a Proteção da Conectividade Regional

Nós, jovens da Amazônia, afirmamos nosso compromisso de defender a floresta e seus povos como fundamento inegociável para o futuro compartilhado da humanidade. Rejeitamos a lógica que reduz a Amazônia a uma reserva de recursos ou territórios de compensação, e reivindicamos nossos modos de vida, conhecimentos e economias tradicionais como pilares de um horizonte civilizatório. Assumimos a tarefa de conectar ciência e saberes indígenas e locais, resistindo a modelos predatórios e construindo alternativas enraizadas no território, conscientes de que não somos vítimas passivas de um colapso iminente, mas atores políticos ativos reivindicando o direito de decidir o futuro da Amazônia e do planeta segundo nossas epistemologias e formas de organização.

Reconhecemos os espaços regionais que ampliaram nossas vozes, como a Conferência Local de Juventude (LCOY) e o Fórum Social da Amazônia (FOSPA), onde os jovens conquistaram representação e plataformas para influenciar políticas públicas e agendas de conservação. Da mesma forma, alinhamos nosso compromisso à Agenda do Futuro das Nações Unidas¹², contribuindo ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promovendo soluções que conectem ação local à governança global.

Avançamos com coragem, solidariedade e imaginação— porque defender a conectividade amazônica é defender a própria possibilidade do futuro.

7. Encerramento e Chamado Global à Ação

A Amazônia está em uma encruzilhada: as decisões que tomarmos hoje determinarão se ela continuará a regular o clima do planeta, conservar a biodiversidade e sustentar as comunidades locais por gerações futuras. **A conectividade nas dimensões ecológica, sociocultural e econômica é fundamental para a sobrevivência da Amazônia e do nosso futuro planetário compartilhado.**

Como juventude amazônica, **nosso compromisso é claro: contribuir para a construção de um futuro justo e sustentável que proteja a Amazônia, honrando o legado de nossos ancestrais e preservando os direitos das gerações que ainda estão por vir.**

Exortamos líderes, tomadores de decisão e parceiros a respeitar os direitos territoriais, fortalecer a governança e a participação dos jovens, garantir financiamento direto e flexível e priorizar iniciativas que protejam a conectividade ecológica, sociocultural e econômica da Amazônia — assegurando a resiliência de suas florestas, culturas e meios de subsistência para as próximas gerações.

O destino da Amazônia é uma responsabilidade compartilhada. E o momento de agir é agora.



Referências

1. Science Panel for the Amazon (2021). Executive Summary of the Amazon Assessment Report 2021. C. Nobre, A. Encalada, E. Anderson, F.H. Roca Alcazar, M. Bustamante, C. Mena, M. Peña-Claros, G. Poveda, J.P. Rodriguez, S. Saleska, S. Trumbore, A.L. Val, L. Villa Nova, R. Abramovay, A. Alencar, A.C.R. Alza, D. Armenteras, P. Artaxo, S. Athayde, H.T. Barretto Filho, J. Barlow, E. Berenguer, F. Bortolotto, F.A. Costa, M.H. Costa, N. Cuvi, P.M. Fearnside, J. Ferreira, B.M. Flores, S. Frieler, L.V. Gatti, J.M. Guayasamin, S. Hecht, M. Hirota, C. Hoorn, C. Josse, D.M. Lapola, C. Larrea, D.M. Larrea-Alcazar, Z. Lehm Ardaya, Y. Malhi, J.A. Marengo, M.R. Moraes, P. Moutinho, M.R. Murmis, E.G. Neves, B. Paez, L. Painter, A. Ramos, M.C. Rosero-Peña, M. Schmink, P. Sist, H. ter Steege, P. Val, H. van der Voort, M. Varese, Zapata-Ríos (eds.) United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, USA. 48 pages.
2. Hecht S, Schmink M, Abers R, Assad ED, Bebbington DH, Brondizio ES, Costa FA, Calisto AMD, Fearnside PM, Garrett R, Heilpern S, McGrath D, Oliveira G, Pereira HS, Pinedo-Vazquez M. 2021. Chapter 14: The Amazon in Motion: Changing Politics, Development Strategies, Peoples, Landscapes, and Livelihoods. In: Nobre C, Encalada A, Anderson E, Roca Alcazar FH, Bustamante M, Mena C, Peña-Claros M, Poveda G, Rodriguez JP, Saleska S, Trumbore S, Val AL, Villa Nova L, Abramovay R, Alencar A, Rodríguez Alza C, Armenteras D, Artaxo P, Athayde S, Barretto Filho HT, Barlow J, Berenguer E, Bortolotto F, Costa FA, Costa MH, Cuvi N, Fearnside PM, Ferreira J, Flores BM, Frieler S, Gatti LV, Guayasamin JM, Hecht S, Hirota M, Hoorn C, Josse C, Lapola DM, Larrea C, Larrea-Alcazar DM, Lehm Ardaya Z, Malhi Y, Marengo JA, Melack J, Moraes R M, Moutinho P, Murmis MR, Neves EG, Paez B, Painter L, Ramos A, Rosero-Peña MC, Schmink M, Sist P, ter Steege H, Val P, van der Voort H, Varese M, Zapata-Ríos G (Eds). Amazon Assessment Report 2021. United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, USA. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI: 10.55161/NHRC6427
3. Science Panel for the Amazon (2025) Executive Summary. In Amazon Assessment Report 2025 - Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C., Armenteras, D., Athayde, S., Barlow, J., Bustamante, M., Encalada, A.C., Mena, C., Moutinho, P., Poveda, G., Roca, F., Saleska, S., Silva, L.V.N., Trumbore, S.E., Val, A.L., Varese, M., Brondizio, E.S., Espinoza, J.C., Esquivel-Muelbert, A., Ferreira, J., Garzón, J.C., Gómez Soto, M., Hirota, M., Josse, C., Marengo, J. A., Mirabal, J.G.D., Moreira de Carvalho, B., Schmink, M.C., de Souza Hacon, S., Szabo, I., Viscarra, F., Witteveen, N.H.) Science Panel for the Amazon, SDSN, New York, US. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI: 10.55161/JJZR4160
4. Albert, J. S., Lohmann, L. G., Vriesendorp, C., & Guayasamin, J. M. (2024, October 21). Biodiversity statement. Statement for the 16th Session of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity (CBD COP16), Cali, Colombia. Science Panel for the Amazon, United Nations Sustainable Development Solutions Network. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI: 10.5516/YUAH8649
5. Bustamante, M., Josse, C., Alencar, A., Rojas, A., de Castro, F., Arteaga, M., García-Villacorta, R., Kuiru, F., Soria, R. (2025). Chapter 4: The Amazon Beyond Borders: Regional Collaboration to Manage Shared Resources and Address Common Challenges. In Amazon Assessment Report 2025 - Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C. et al.), Science Panel for the Amazon, Sustainable Development Solutions Network. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI: 10.55161/SFZJ5022
6. Mirabal, J. G. D., Athayde, S., Silva, L. V. N., Parra Bernal, M. D., de Sousa, M. P. S., Velasco, G. A. R., Futada, S. M., Esseboom, M., Arana, A., Junqueira, A. B., Hipattari, A. F. B., Rosero-Peña, M., Souza, M., Nascimento, N., Bynoe, P. & Lucas, I. L. (2025). Chapter 5: Connectivities and Territorialities from the Perspectives of Indigenous Peoples, Afrodescendant Peoples, and Local Communities in the Amazon. In Amazon Assessment Report 2025 - Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C. et al.), Science Panel for the Amazon. Sustainable Development Solutions Network, New York, USA. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI: 10.55161/IRLS3581.
7. Marengo, J. A., Espinoza, J.C., Esquivel Muelbert, A., Anderson, E., Armenteras, D., Fleischmann, A. S., Guayasamin, J. M., Lapola, D., Mercado, L., Ribas, C. C., Sierra, J. P., Vilanova, E., Vale Wapichana, S. (2025) Chapter 1: Amazon connections from regional to global: impacts and vulnerabilities. In Amazon Assessment Report 2025 -

Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C. et al.), Science Panel for the Amazon, UNSDSN, New York, USA. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI:10.55161/LSKV6581

8. Garzón, J. C., Szabo, I., Risso, M., Ramírez, M. F., Alipaz, R., Andrade, C., Chermont, L., Larrea, C., Painter, L., Zapata, M., SOSOrinoco. 2025. Chapter 2: The Disruptive Connectivity of Illegal Economies: Multidimensional Threats to Human and Ecological Systems in the Amazon. In Amazon Assessment Report 2025 - Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C. et al.), Science Panel for the Amazon. SDSN, New York. USA. DOI: 10.55161/NXRE7584

9. United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). (2010). Urban Indigenous Peoples and Migration: A Review of Policies, Programs and Practices. <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Urban%20Indigenous%20Peoples%20and%20Migration%20A%20Review%20of%20Policies%2C%20Programmes%20and%20Practices.pdf>

10. Val, A. L., Hirota, M., Encalada, A., Marcovitch, J., Neves, E. G., Paéz, B., A. S., Raimundo, R. L. G., Moraes,

M. R., Rezende, J. S., Grupioni, L. D. B., Ulloa, J. S., Aireira, J. and da Mota e Silva, T. (2025). Chapter 8: Knowledge Connectivity in the Amazon: Bridging Scientific, Technological, Indigenous, and Local Perspectives for Sustainable Development. In Amazon Assessment Report 2025 - Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C. et al.), UNSDSN, New York, USA. Available at: www.sp-amazon.org/publications. DOI: 10.55161/FNVX8547

11. Gomez Soto, M., Schmink, M., Zárate Dávila, J., Alvira Reyes, D., Brandão, D. O., Sánchez Castellanos, J., Garrett, R., Heilpern, S., Larrea-Alcázar, D. M., Mendez, L. de la Pava, R., Rodriguez Armas, J. C., and Straatmann, J. (2025). Chapter 7: Connecting Healthy Forests and Flowing Rivers with the Collective Well-Being of Amazonian Peoples: The Socio-Bioeconomies We Want. In Amazon Assessment Report 2025 - Connectivity of the Amazon for a Living Planet (eds Peña-Claros, M., Nobre, C. et al.), UNSDSN, New York, US. Available at: www.sp-amazon.org/publication. DOI: 10.55161/KTRE1938

12. United Nations General Assembly (2015) Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations. <https://sdgs.un.org/2030agenda>.

Agradecimentos

Este manifesto foi elaborado pelo Comitê Consultivo de Jovens do Painel Científico para a Amazônia (SPA YAC), com base nos insights, ideias e contribuições de mais de 200 jovens cientistas e líderes de toda a região amazônica.

Ele é resultado de cinco oficinas participativas que reuniram jovens líderes e cientistas de todos os oito países amazônicos, bem como do território ultramarino da Guiana Francesa. Essas oficinas proporcionaram um espaço de reflexão sobre os desafios e oportunidades de manutenção da conectividade social, ambiental, cultural e econômica em toda a região.

A tabela abaixo destaca os participantes de cada oficina, cujo engajamento, expertise e perspectivas foram fundamentais para o desenvolvimento desta visão coletiva.

Autores: Maryane Andrade, João Pedro Braga, Alejandra Gonzales Rocabado, Carla Guevara, Sorayadebie Jhagroe, Meset Fernando Mashingashi Unkuch, Gustavo Nascimento, Pedro Neves de Castro, Nohora Alejandra Quiguanter, Criseyda Román Córdova, Anaïs Salabert, Felipe Storch de Oliveira y Julie Topf.

Participantes das Oficinas e Contribuidores do Manifesto:

Oficina 1: Bolívia, Equador, Peru	Alessandra Nicole Acuña Aguilar, Alex Huambutzereque, Alexandra Quezada, Americo Aguilar Gioy, Anderson Toledo, Ariel Guerrero-Campoverde, Chitup Unkuch, Consuelo Piaguage, Cristian Lascano, Daire Lafuente, Daniel Eduardo Pereira Otalora, Daniela Alvear, Darien Castro, Deayana Montenegro Bravo Diego Loza, Dino Sánchez, Evia Barrios, Fatima Cabrera Triay, Felipe Jamioy, Flavia Gonzales, Freddy Bayas, Gabriel Lara, Gino Rivera Bulnes, Guillermo Nogales Carvalho, Jairo Calapucha, Jaqueline Travez, Jeferson Flores Quivano, Jefferson Avilés Grefa, Jesica Shiguango, Jessica Grefa Huatatoca, Joel Tanguila, Junior Chanchari, Karelis Acacho, Karen Bailón, Kiara Acurio, Kiara Nikol Chihuan Castro, Klever Vargas, Lady Shiguango, Lizet Mayli Mejía Penadillo, Luis Eduardo Soliz Terceros, Luis Enrique Poggi Montalvo, Maria Jimpikit, María Julia Zeballos Rojas, María Paz Ferrand, Mario Caller Castro, Mario Cerezo, Mayli Hayes, Melqui Huaman Delgadillo, Mishell Cabrera, Olmedo Kawarim, Omar Rojas Padilla, Paola Ojeda, Paul Jimenez, Paulet Benavides, Rebeca Martínez, Robinson Tukup, Ruben Galvis M., Selina Geani Cuellar Mendez, Silvestre Guari Jerez, Sofía Heredia, Tania Ukuncham, Vanessa Rocha, Vannia Jaqueline Aliaga Nestares, Yasmin Melo, Yoav Vidal
Oficina 2: Colômbia, Venezuela	Adel Iles, Adriana Rojas, Anderson Toledo Chinguñi, Daniel Martínez Castaño, Daniela González Ron, Dayalice Anza, Deifer Moisés Ibañez, Felipe Jamioy, Huaikuny Obispo Guzmán, Jenly Ramirez, Jennifer Entza, John Keiner Quintana Daza, José Gudiño, José Orejas, Josmir Olivo, Juan Esteban Cuello Andrade, Juan Martinez, Julian Neira, Kintia Entza, Laura Peña, Lucía Vázquez, Manuela Bolívar Quintero, Miguel Rojas, Nelkys Guzman, Olmedo Kawarim, Orlando Masiri, Regni Bastardo, Ruayei Obispo Guzman, Rubi Mendez, Selina Cuéllar, Tulia Quistial, Valeria Romero, Zaiza Rodríguez, Zully Yepes, Zuly Asbery
Oficina 3: Guiana Francesa, Guiana, Suriname	Alix de Thoisy, Aminata Ba, Andre Surendre, Benita Davis, Canisha Primo, Chetwynd Osborne, Felicia Collins, Ivana Foster, Jeanine Playfair, Khemraj Persaud, Luciano Doest, Lydia Roberts, Madhavi Indarjeet, Marquisar Jean-Jacques, Matai Zamuël, Nathan Chinapen, Rovindra Lakenarine, Sanisha Autar, Sarah Singh, Sarfaraazkhan Dhonre, Shonetta Lowe, Widjay Ramnarain

Oficina 4: Brasil	Andreza Carvalho Ferreira, Antonio Fonseca, Arnaldo Vaz Neto, Arnely Neves, Aurora Yanai, Bruna Sacramento, Bruno Gimenez, Carlos Ferreira, Carolina Loureiro Benone, Cassiel Antunes, Cristhian Bolivar Tran Torres, Denny Ferreira, Eduardo Nascimento de Oliveira, Emilian Pacheco, Enzo Felipe da Silva Ferreira, Fabrício Suruí, Filipe Laurent, Franco Saraiva, Gabriel Maximo da Silva, Gabriel Salomão, Gregorio Teófilo, Hélio Tukano, Idjarrury Sompré, Isabella Barbosa, Jeremias Leao, Jucimery Garcia, Julia Moutinho, Kadson Dias, Karen Borges, Laura Perez, Laura Pina Pérez, Lorena Lima, Maria Eduarda de Souza Mendes, Maria Eduarda Santiago Pinheiro, Mariana Luísa Boucinha Magueta, Maysa Calandrini, Nívia Carvalho, Patrik Viana, Simone Matias Reis, Sofia Antonelli Amaral, Vinícius Rocha, Viviane Marcos, Yasmin Branco
Oficina 5: Reflexão Regional	Adalid Medina, Alessandra Nicole Acuña Aguilar, Alexandra Quezada, Alix de Thoisy, Ana Carolina Cazetta, Arthur Guedes, Bruna Sacramento, Carolina Loureiro Benone, Cassiel Kim, Christian Bolivar Tripan Torres, Daniela González Ron, Darwin Felipe Jamioy, Denny Ferreira, Farah Carrasco Rueda, Franco Saraiva, Gregorio Teófilo, Idjarrury Sompré, John Keiner Quintana, Juan Martinez, Juwel Van Buckley, Kim Spencer, Luciano Doest, Lydia Roberts, Maria Eduarda Santiago Pinheiro, Mariana Luísa Boucinha Magueta, Matai Zamuël, Nawress Eroua, Omar Rojas Padilla, Paola Ojeda, Sarfaraazkhan Dhonre, Selina Cuéllar, Simone Matias de Almeida Reis, Sofía Heredia Martínez, Tania Ukuncham, Yulissa Trigoso, Zaiza Rodriguez, Zuly Asbery

Os autores agradecem aos Co-presidentes do SPA, Carlos Nobre e Marielos Peña-Claros, e à Coordenadora Estratégica do SPA, Emma Torres, por seus valiosos insights. Agradecemos também a orientação fornecida pelos membros do SPA que participaram de nossas sessões de oficina: Daniel Larrea, Emilio Vilanova, María A. (Tina) Oliveira-Miranda, Michelle Kalamandeen, Paulette Bynoe, Laura Furquim, Larissa Chermont e Nathalia Nascimento. Somos igualmente gratos à Secretaria Técnico-Científica do SPA, especialmente a Julie Topf (coordenação principal e revisão de texto), Isabella Leite Lucas (apoio geral à coordenação e revisão de texto), Gabriela Arnal (apoio geral à coordenação e design), Daniel Bernstein (apoio geral à coordenação) e Gabriel Sperandeo (apoio geral à coordenação e revisão de texto).

CONTATO

Secretaria Técnico-Científica do SPA

New York

475 Riverside Drive | Suite 530
New York NY 10115 USA
+1 (212) 870-3920
spa@unsdsn.org

São José dos Campos

Av. Dr. Ademar de Barro, 195 | Jardim São Dimas
São José dos Campos SP | 12245-010 Brasil
+55 (12) 3921-8884
spasouthamerica@unsdsn.org

MAIS INFORMAÇÕES EM

www.sp-amazon.org

SIGA-NOS

#TheAmazonWeWant

